

PROPOSTA

Demarcar Centros Temporários de Acolhida como ZEIS3, visando fomentar a construção de HIS para a pop. em situação de rua. Considera dois argumentos principais: primeiro, o custo semelhante entre disponibilizar moradia para pop. em situação de rua e o de mantê-los em CTAs, segundo, o modelo “Housing First”. Sobre este, o Moradia Primeiro promove o acesso imediato à moradia para eliminar vulnerabilidades inerentes à situação de rua e possibilitar a reestruturação pessoal com autonomia. É preciso mudar a perspectiva de acolhida para moradia e a demarcação como ZEIS-3 é o primeiro passo para tal

Justificativa

O direito à moradia é uma das demandas centrais da população em situação de rua. Trazida pelos movimentos, mas também sempre presente nos discursos e conversas na rua, a habitação é a base para que as pessoas possam se reestruturar para buscar a inserção na sociedade. Entretanto, a escassez de programas voltados para este público de baixa ou nenhuma renda é uma realidade para programas habitacionais, seja para Habitação de Interesse Social, seja para Aluguel Social. Sem habitação, o caminho para se sair das situações de vulnerabilidade é extremamente truçulento.

Isto acontece porque é somente com esse direito conquistado que algumas das situações que fomentam a permanência em situações de vulnerabilidade são amenizadas. Há questões de higiene pessoal básica, há a segurança de se estar entre quatro paredes e tantas outros aspectos ligados à enorme vulnerabilidade de se estar na rua que só podem ser amenizados com moradia. E quando se almeja a inserção dessa população no mercado de trabalho há outra grande questão: os centros de acolhida têm horários restritos que não atendem a trabalhadores formais.

Já quanto ao serviço de estadia temporária, em lugares como os centros de acolhida, este modelo não mostra eficácia a longo prazo para reduzir o total de pessoas em situação de rua, vide tabela a seguir extraída de Daniel De Lucca, “Nem Dentro nem Fora do Albergue”. Além disso, os CTAs atualmente não são capazes de atender à enorme demanda, estão superlotados, sem vagas.

Contagens da população de rua e sua distribuição por local de pernoite¹³				
Ano	Logradouros públicos	Albergue ou abrigos	Total	Gestão Municipal
1991	3.392	900*	4.293	Erundina
1994	2.800	1.749	4.549	Maluf
1996	3.421	1.913	5.334	Maluf
1998	3.037	3.416	6.453	Pitta
2000	5.013	3.693	8.706	Pitta
2003	4.208	6.186	10.394	Marta
2010	6.587	7.587	13.666	Kassab

Outro ponto que barra a conquista de um emprego e de benefícios sociais oferecidos aos cidadão é a falta de um endereço. Não são poucos os relatos em que essa exigência não foi atendida e, por isso, possibilidades foram negadas. Sem emprego, sem renda, o acesso a programas de moradia é restrito.

Incluir, no público que acessa à HIS, a população em situação de rua, é assegurar a essa população o direito à moradia assegurado na constituição. De acordo com o INRua, a ideia básica do housing first foi desenvolvida nos EUA no final da década de 1980 e tem como princípios básicos o acesso imediato à moradia, a escolha do beneficiário e autodeterminação do serviço orientado para a recuperação, suporte individualizado e guiado pelo beneficiário e integração social e comunitária. É uma solução permanente e eficaz, mais barata do que soluções tradicionais e que em 10 anos permitiu a superação da situação de rua no Canadá e 50% do índice de pessoas em situação de rua em Lisboa.

A ZEIS em áreas vazias permite a reserva de terrenos urbanos subutilizados, ociosos ou não edificadas para a construção de habitações de interesse social.

De acordo com o documento “Planejamento Alternativo”, feito pelo Instituto Pólis:

A ZEIS nos aparece como um caminho, como algo que faz com que passemos a nos movimentar, organizar, estudar, complexificar as análises e obter alguns ganhos para as comunidades. Tem sido a principal bandeira levantada. As ZEIS nos dão um horizonte de luta interessante.

Mas não é nada fácil, principalmente diante da atual conjuntura nacional (INSTITUTO PÓLIS, 2019)¹.

Por essa razão, pautar que a ZEIS contemple centros de acolhida e ocupações faz muito sentido ao pensar que a população em situação de rua, e os moradores e residentes de ocupações, que sofrem diariamente com a insegurança na posse e a ameaça de remoção, deveria ser um ponto a ser revisado no Plano Diretor. A ideia seria demarcar os centros de acolhida e as ocupações na ZEIS-3, visto que são essas as “zeis de vazios”, e o objetivo de tal demarcação seria vislumbrar políticas de habitação, para localizações como centros de acolhida e ocupações, que não têm toda a condição de infraestrutura e dignidade recomendável, como etapas para que, caso haja a demarcação como ZEIS, tais equipamentos ultrapassem a temporalidade, simbolizando a real necessidade de moradia.

As localizações dos CTAs já são pensadas para abarcar considerar as especificidades das vulnerabilidades dessa população, como a localização de rotas da Cozinha Solidária, concentração de empregos, localização de CAPS/AD. Logo, é estratégico para se mobilizar um modelo de Moradia Primeiro que os CTAs dêem lugar a HIS. Alguns outros fatores condicionantes, encontram-se no mapa abaixo onde é possível perceber a concentração da população de rua e Rotas Cozinha Cidadã.

Ademais, é perceptível que o valor gasto por pessoa (encontrado pelo coeficiente entre o repasse para a OSC gestora do serviço e o número de vagas disponibilizado pelo correspondente CTA) em CTA's é, conforme Lima (2020)², variável entre R\$353 a R\$2.623 (valores de 2020). Mas, os equipamentos que estão vinculados a maior autonomia dos indivíduos, como Repúblicas e os do programa Autonomia em Foco, são nitidamente menos custosos que aqueles equipamentos - variando de R\$353 a R\$1.060 (valores de 2020). Essa queda no custo, conforme o aumento na autonomia, se dá em razão de elevados gastos com profissionais usualmente direcionados à fiscalização do cumprimento das estritas regras do equipamento. Por outro lado, o programa de Locação Social representa um custo de R\$400 por pessoa. Nesse sentido, vê-se que programas que

¹ Referência (caso seja necessário incluir): Planejamento alternativo: propostas e reflexões coletivas / Instituto Pólis [et al.], organização Danielle Klintowitz, Felipe de Freitas Moreira e Vitor Coelho Nisida. – São Paulo : Instituto Pólis, 2019.

² LIMA, Júlia Carvalho Ferreira Barbosa. **Avaliação da Fase I da Implementação do Empreendimento Asdrúbal do Nascimento II: Projeto Piloto de Locação Social para a População em Situação de Rua no Município de São Paulo**. Monografia - Programa Avançado em Gestão Pública, Insper, São Paulo, São Paulo

concedam um elevado grau de autonomia, além de serem amplamente corroborados pela literatura, são também mais eficientes e menos custosos para o Estado, contrário ao que se costuma argumentar.